

SÃO GABRIEL

Vereadores atacam liminar que beneficia o prefeito

NAS EXPLICAÇÕES PRESTADAS À JUSTIÇA, OS VEREADORES RELACIONAM AS INFRAÇÕES ATRIBUÍDAS AO PREFEITO AMILTON GADIELHA E PEDEM A CASSAÇÃO DA LIMINAR QUE SUSPENDEU COMISSÃO

Depois de uma passagem rápida pela Assembléia Legislativa, sete dos nove vereadores de São Gabriel da Cachoeira (a 858 quilômetros de Manaus) anunciaram ontem uma vigília permanente pela revogação da liminar que suspendeu os trabalhos da comissão processante sobre o prefeito Amilton Gadelha (sem partido), acusado de praticar "uma sucessão de crimes e de infrações político-administrativas, irregularidades graves de toda ordem, todas constantes dos dois relatórios das comissões parlamentares de inquérito cujas conclusões serviram como elementos de prova para a formulação da denúncia", conforme destacam informações prestadas pelo presidente da Câmara, vereador José Ferreira dos Santos, ao desembargador José Vidal Pessoa, presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas.

O anúncio da vigília foi feito na Câmara Municipal de Manaus, em reunião que durou quatro horas e que contou com a participação do presidente da Casa, vereador Messias Sampaio, e do vereador Francisco Praciano.

Os vereadores José Ferreira dos Santos, presidente, Álvaro Medei-



EM BUSCA DE APOIO

Vereadores de São Gabriel reúnem com Messias Sampaio e Francisco Praciano

ros, Erivelto Coimbra, Marilene França, Altair Cardoso, Antonio de Araújo e Aelson Dantas, que compõem a comissão processante contra o prefeito Amilton Gadelha, estavam indignados com a liminar e segundo o vereador Altair Cardoso, "vieram a Câmara de Manaus pedir socorro", reque-rendo, pelo desespero de quem não tem poderes contra o poder, os direitos de exercer o mandato e as funções conferidas pelo povo através do voto.

Acompanhados pelo advogado Paulo Figueiredo, os vereadores afirmaram que vão fazer vigília permanente, avocando todos os segmentos vivos da sociedade, na luta pela justiça e pelo respeito a coisa pública.

"Os vereadores denunciam uma série de atos do prefeito Amilton Gadelha. De acordo com o advogado Paulo Figueiredo, a indignação dos sete vereadores é contra a ação do prefeito "que não tem respeito pela decência e pela

probidade administrativa, uma vez que vem praticando uma série de ilícitudes e crimes de toda a ordem".

Na série de irregularidades, a vereadora Marilene França relaciona fraude na concorrência pública para construção de dez escolas no interior, produzindo documentos para favorecer empresa e serviços do seu interesse, com superfaturamento; a constatação de irregularidades em praticamente todos os convênios,

além de estar respondendo a processos criminais por improbidade administrativa, promovidos pelo promotor público Carlos José Alves de Araújo.

Os vereadores de São Gabriel da Cachoeira querem que o Tribunal de Justiça do Amazonas julgue o mérito da questão, manifestando o vereador Altair Cardoso sua esperança de que o tribunal não se envolva "em questão de economia interna da Câmara".

FÓRUM

A questão é mais estrutural, definiu o vereador Francisco Praciano, que se manifestou disposto a despertar o trabalho do Fórum pela Ética e pela Cidadania. Segundo ele, é histórico o fato das liminares desativarem os trabalhos das Câmaras, num processo sem fim. Ele mesmo lembrou que para cassar um ex-presidente da Câmara Municipal de Manaus viveu o drama de cinco liminares, cada uma com cinco meses de intervalo.

"Isso fere violentamente a independência dos poderes", denunciou Praciano, citando de forma especial, no caso dos municípios, a ação do Tribunal de Contas que, segundo ele, com ineficiência induz os prefeitos a transformarem processos licitatórios e procedimentos de trabalho "em ralos por onde se esvaem os recursos públicos". O presidente da Câmara Municipal de Manaus, Messias Sampaio, manifestou-se orgulhoso por ter servido de referência na luta pela distribuição equânime de recursos públicos.

Foto: Chico